



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE I S.A.

CNPJ/ME nº 31.199.583/0001-55

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	7	585	288	
Concessionárias	8	7.385	-	
Impostos a compensar	9	1.607	1.581	
Cauções e depósitos vinculados	11	-	2	
Adiantamento a fornecedores	12	30	2.183	
Despesas antecipadas	13	88	-	
Outros créditos	13	-	1.626	
Partes relacionadas	10	-	-	
		9.695	5.680	
Não circulante				
Partes relacionadas	10	-	15.027	
Cauções e depósitos vinculados	11	1.806	-	
Despesas antecipadas	13	12	-	
Imobilizado	14	323.569	311.281	
		325.387	326.308	
Total do ativo		335.082	331.988	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	15	14.913	24.035	
Impostos a pagar	9	2.090	1.310	
Partes relacionadas	10	4.770	-	
Empréstimos e financiamentos	16	484	129	
Outras contas a pagar	17	293	434	
		22.560	25.908	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16	14.638	13.539	
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	197.637	234.836	
Provisões	18	1.264	-	
Outras contas a pagar	17	3.523	3.948	
		217.063	252.323	
Total do passivo		239.613	278.231	
Patrimônio Líquido	19			
Capital social		80.156	58.947	
Reservas de lucro		15.313	(5.190)	
Total do patrimônio líquido		95.469	53.757	
Total do passivo e patrimônio líquido		335.082	331.988	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Central Eólica Monte Verde I S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde I, comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, nº 428, Sala 06, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. Em 30 de outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social BNDES no montante de R\$ 212,086, a ser liberado conforme a apresentação da contraprestação da evolução da construção da usina. **1.1. Autorização do Parque Eólico Monte Verde I:** Em 04 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de fevereiro de 2054. A Companhia, em 20 de dezembro de 2017, vendeu 40,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica Monte Verde I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 22 o Parque Eólico Monte Verde I iniciou sua operação comercial em 06 de janeiro de 2023.

por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionadas aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia. **n) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital, que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controladora, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **o) Receita do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **p) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e a realização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, arrendamentos monetários, empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **r) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são mensurados considerando as amortizações de hedge classificadas na conta Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estimado demonstrado na nota explicativa nº 19. **Hedge de fluxo de caixa:** A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificada como hedge, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF", que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aerogeradores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificado com hedge é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida. **Ineficácia do hedge:** A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MIM do instrumento de cobertura (FWDS) compensando a exposição. A eficácia da hedge é mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo.

Demonstrações de resultados	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	54.134	-
Custo do serviço de energia elétrica	21	-	-
Custo com energia elétrica			
Encargos com uso de rede elétrica		(5.163)	(4.444)
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(10.612)	-
Serviços de terceiros e materiais		(7.604)	-
Outros custos de operação		(1.407)	-
		(24.787)	(4.444)
Lucro bruto		29.347	(4.444)
Despesas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(312)	(440)
Outras despesas e receitas		(11)	-
		(323)	(440)
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		29.025	(4.884)
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		122	(110)
Despesas financeiras		(2.134)	(110)
		(2.012)	(110)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		27.013	(4.994)
Tributos sobre o lucro			
Correntes	23	(1.740)	-
		(1.740)	-
Resultado líquido do exercício		25.273	(4.994)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	
Resultado líquido do exercício		25.273	(4.994)	
Resultado abrangente do exercício		25.273	(4.994)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	31/12/2023				31/12/2022				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva retenção	Prejuízo acumulado	Total	Capital social	Reserva Legal	Reserva retenção	Prejuízo acumulado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.593	-	-	(196)	20.397	38.354	-	-	38.354
Aumento do capital social	38.354	-	-	-	38.354	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(4.994)	(4.994)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58.947	-	-	(5.190)	53.757	21.209	-	-	21.209
Aumento do capital social	21.209	-	-	-	21.209	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.004	-	-	1.004	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	14.309	-	14.309	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.770)	(4.770)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	25.273	25.273	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.156	1.004	14.309	-	95.469	-	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	2023		2022	
		2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		27.013	(4.994)	
Depreciações e amortizações		10.612	-	
Encargos de dívidas sobre empréstimos		1.455	1.533	
Juros provisão desmantelamento		118	-	
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16		474	-	
		39.671	(3.461)	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	2023		2022	
		2023	2022	
Variações em:				
Concessionárias		(7.385)	-	
Adiantamento a fornecedores		2.152	(2.156)	
Impostos a compensar		1.266	(1.288)	
Despesas pagas antecipadamente		(100)	-	
Outros créditos		1.626	(1.626)	
Fornecedores		(9.123)	(43.968)	
Impostos a pagar		235	1.223	
Outras contas a pagar		(1.040)	-	
Partes relacionadas		15.027	34	
		41.037	(51.242)	
Caixa proveniente das atividades operacionais		(1.134)	(1.134)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		39.845	(51.242)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Cauções depósitos vinculados		(1.804)	-	
Adições ao imobilizado		(21.754)	(77.491)	
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimentos		(23.558)	(77.491)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		21.209	38.354	
Adiantamento para futuro aumento de capital		(37.199)	90.306	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(15.990)	128.660	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		297	(73)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		585	288	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		298	361	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (b)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(1.236)	(21.304)
Garantia financeira	EDPR S.A.	(112)	(273)
Compartilhamento de CAPEX - MV Solar (c)	Monte Verde IV	(12.439)	-
		(13.787)	(21.577)
JCP e Dividendos			
Dividendos a pagar		(4.770)	-
		(4.770)	-

Não circulante
Partes relacionadas
Adiantamento para futuro aumento de capital Monte Verde Holding S.A (197.637) (234.836)
Total Passivo (216.194) (256.141)
a) Liquidação de operação de Hedge - Repasse: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Hedge de proteção de fluxo de caixa para pagamento de equipamentos para a construção do parque eólico de Monte Verde I. Em 2023 com a liquidação da operação de Hedge, a variação apresentada gera valores a serem recebidos pela controladora indireta EDP Renováveis Brasil S.A. **b) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos:** A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no Anexo de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **c) Compartilhamento de Capex - MV Solar:** Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Eólicas Monte Verde I, II, III, IV, V e VI celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bay de conexão inerentes aos parques eólicos junto aos parques solares em desenvolvimento Monte Verde Solar II, III, IV, V e VII, que possuem sua estrutura na Holding EDP Renováveis. **10.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta da Companhia é a Monte Verde Holding S.A. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **10.2. Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Monte Verde I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Cauções e depósitos vinculados	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	
Circulante				
Não circulante		1.806	-	2
Total		1.806	-	2

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter até a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida BNDES o valor necessário para perfazer o montante equivalente mínimo, que equivale a seis vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES. Após a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida do BNDES e até a liquidação de todas as obrigações garantidas, deverá refletir o valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo, seis vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.806 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022) foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	
Circulante				
Adiantamento a fornecedores		30	2.183	
Total		30	2.183	

13. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	
Circulante				
Despesas antecipadas		88	-	
Outros créditos		-	1.626	
Total		88	1.626	

14. IMOBILIZADO	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	
Não circulante				
Despesas antecipadas				

...continuação

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante		Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
BNDES principal	347	-	15.672	14.675
Encargos de dívida	137	129	-	-
Custo de transação a apropriar	-	-	(1.034)	(1.136)
Total	484	129	14.638	13.539

As informações sobre o contrato vigente, incluindo prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Contrato	
Instituição financeira	BNDES
Valor contratado	R\$ 212.086
Data da contratação	30/12/2019
Valor liberado	R\$ 12.375
Data da 1ª liberação	28/06/2021
Vigência do contrato	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Saldo em 31/12/2021	-	116	116	12.375	887	(1.243)
Juros provisionados	-	13	13	-	1.413	-
Custo amortizado	-	-	-	-	-	107
Saldo em 31/12/2022	-	129	129	12.375	2.300	(1.136)
Transferências	347	-	347	-	(347)	-
Juros provisionados	-	9	9	-	1.344	-
Saldo em 31/12/2023	347	138	484	12.375	3.297	(1.034)

Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:	
Ano de vencimento	Principal e juros
2025	859
2026	859
2027	859
2028 a 2043	13.095
Total	15.672

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para arrendamentos	293	3.523	3.816	434
Total	293	3.523	3.816	434

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

	Total
Saldo em 31/12/2022	4.382
Adições	3.828
Diminuições	(4.382)
Pagamentos	(486)
AVP	474
Saldo em 31/12/2023	3.816

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 13,84% a.a. para terrenos.

18. PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
Desmantelamento	1.264	-
Total	1.264	-

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2022	-
Ajuste a valor presente	118
Aumento por reversão	1.146
Saldo em 31/12/2023	1.264

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2023, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço um aumento de R\$ 1.264. A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde I está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2023, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R\$ 80.156 (R\$ 58.947 em 31 de dezembro de 2022). O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é composto por 8.015.600 (5.893.700 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
MV Holding S.A.	8.015.600	100%	5.893.700	100%
Total	8.015.600	100%	5.893.700	100%

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social. **19.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer impeditivo em relação à distribuição de dividendos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	25.273	(4.994)
Cobertura de prejuízo	(5.190)	-
Constituição de reserva legal (5%) (a)	(1.004)	-
Lucro do exercício ajustado	19.079	-
Destinação do lucro ajustado	19.079	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.770	-
Reserva de retenção de lucros (b)	14.309	-

a) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 1.004 a título de reserva legal, não tendo constituído saldo em 2022 por já ter atingido o limite de 20% do capital social. **b) Reservas de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em diretoria pelo seu controlador final. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$ 14.309.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	56.185	-
Suprimento de energia elétrica	-	-
Total de receita bruta	56.185	-
Deduções à receita operacional	-	-
PIS/COFINS	(2.051)	-
Total de deduções	(2.051)	-
Total	54.134	-
MWh comercializado	360	-

Aos Administradores e Acionistas

Central Eólica Monte Verde I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2023	31/12/2022
21.1. Custos operacionais:		
Custo do serviço		
Não gerenciáveis	(5.163)	(4.444)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-
Total de custos não gerenciáveis	(5.163)	(4.444)
Gerenciáveis (*)	(7.604)	(138)
Serviços de terceiros e materiais	(10.612)	-
Depreciação e amortização	(362)	(96)
Aluguéis e arrendamentos	(272)	-
Seguros	-	(28)
Doações	(640)	-
Outras despesas	(133)	(178)
Despesas tributárias	-	-
Total de custos gerenciáveis	(19.623)	-
Total	(24.787)	(4.884)

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial conforme nota 1.

21.2. Despesas operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros e materiais	(211)	-
Aluguéis e arrendamentos		
Doações	(101)	-
Outras despesas operacionais	(11)	-
Total	(323)	-

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	97	-
Juros recebidos	23	-
Receitas com derivativos	2	-
Total	122	-
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(118)	-
Atualização financeira	(474)	-
Comissões sobre financiamentos	(102)	-
Despesas com garantias bancárias	(85)	-
Encargos de dívidas (*)	(1.353)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(110)
Total	(2.134)	(110)
Total	(2.012)	(110)

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	56.185	-	56.185	-
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	8%	12%	12%
Total	4.495	-	6.742	-
Receitas financeiras	122	-	122	-
Base de cálculo	4.617	-	6.864	-
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.165)	-	(618)	-
Ajuste decorrente do adicional do IR	30	-	2	-
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-
Imposto corrente	(1.124)	-	(616)	-
Alíquota efetiva	2,00%	-	1,10%	-

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **24.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	585	288
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	7.385	-
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	-	2
Adiantamento a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	30	2.183
Despesas antecipadas	13	Custo amortizado	Nível 1	88	-
Outros créditos	13	Custo amortizado	Nível 1	-	1.626
Total				8.068	4.100
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	15	Custo amortizado	Nível 1	14.913	24.035
Empréstimos e financiamentos	16	Custo amortizado	Nível 2	484	129
Outras contas a pagar	17	Custo amortizado	Nível 2	293	434
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	4.770	-
Total				20.460	24.602

24.2. Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. Os empréstimos e financiamentos do BNDES não foram marcados a mercado por se tratar de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado).

	Valor Contábil	Valor justo
	15.123	15.123
Total	15.123	15.123

24.3. Risco de juros: O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em

variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 13,03% a.a., IPCA 4,62% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos					
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA+4,19% a.a.	(16.156)	(1.423)	(1.779)	(2.135)
Total		(16.156)	(1.423)	(1.779)	(2.135)

24.4. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros:

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	14.913	14.913	14.913	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.123	15.123	484	859	2.577	11.203
Provisões	1.264	1.264	1.264	-	-	-
Partes relacionadas	202.407	202.407	4.770	197.637	-	-
Total	233.707	233.7				